

Ano 13 | Número 135 | Outubro de 2016

Empresa

Brasil



PROGRESSO

O Brasil em nossas mãos

Com a PEC que cria um teto para o aumento do gasto público e as concessões no setor de infraestrutura, país deve retomar o rumo do crescimento

FECHAR UMA EMPRESA NOS ESTADOS PODE LEVAR ENTRE 30 DIAS E SEIS MESES



DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2016/2018

PRESIDENTE
George Teixeira Pinheiro (AC)

1º VICE-PRESIDENTE
Jésus Mendes Costa (RJ)

VICE-PRESIDENTES
Alencar Burti (SP)
Emílio César Ribeiro Parolini (MG)
Ernesto João Reck (SC)
Francisco de Assis Silva (DF)
Guido Bresolin (PR)
Itamar Manso Maciel Júnior (RN)
Jussara Pereira Barbosa (PE)
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros (AL)
Olavo Rogério Bastos das Neves (PA)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Rainer Zielasko (PR)

DIRETOR-SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR FINANCEIRO
Jonas Alves de Souza (MT)

CONSELHO FISCAL TITULAR
Amarildo Selva Lovato (ES)
Valdemar Pinheiro (AM)
Wladimir Alves Torres (SE)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Domingos Sousa Silva Júnior (MA)
Ubiratan Silva Lopes (GO)
Pedro José (TO)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Neiva Suzete Dreger Kieling (SC)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Fernando Fagundes Milagre

SUPERINTENDENTE DA CACB
Juliana Kämpf

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DA CBMAE
Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
frões, berlato associadas

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes
Cynthia Menezes

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: Adem Araújo da Silva
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua Eliéser Levy, 1122 Bairro Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-083

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Av. Senador Álvaro Maia, 2166 Sala 01 – Praça 14 de Janeiro
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.020-210

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5, Edifício Pernambuco, 9º andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
Quadra 01, Área Especial 03, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Setor de Indústria Bernardo Sayão
Cidade: Núcleo Bandeirante/DF CEP: 71735-167

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955. Ed. Global Tower, sala 713,
7º andar - Bairro: Enseada do Suá - Cidade: Vitória - CEP: 29.050-335

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco - São Luis
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Alfredo Zamlutti Júnior
Rua Piratininga, 399 – Jardim dos Estados
Cidade: Campo Grande CEP: 79021-210

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Av. Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-003

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Fábio Lúcio de Souza Costa
Avenida Presidente Vargas, 158 - 2º andar, bloco 203
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Guido Bresolin
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 - 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua Visconde de Inhaúma, 134 - Grupo 505 - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.091-007

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Simone Leite
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Cícero Alves de Noronha Filho
Rua Senador Álvaro Maia, nº 2697, Bairro: Liberdade
Cidade: Porto Velho CEP: 76.803-892

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Joaquim Gonçalves Santiago Filho
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Alencar Burti
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASSE
Presidente: Wladimir Alves Torres
Rua José do Prado Franco, 557 - Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

- O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresário brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

O Brasil está em nossas mãos

Um evento pode ser definido como um encontro de duas ou mais pessoas, voltado para a discussão de propostas e análises de determinados temas relacionados com suas áreas de atividade, capaz de atrair público e de mobilizar os meios de comunicação. Para se chegar até esses objetivos, entretanto, é preciso um planejamento eficaz e reunir o melhor capital humano possível.

Para o 3º Fórum Nacional CACB Mil, que será realizado nos dias 17 e 18 de outubro deste ano, no Centro de Convenções Windsor, no Rio de Janeiro, a organização não fugiu à regra. A começar pelo tema do encontro: O Brasil está em nossas mãos.

Em raros momentos da História, tivemos a oportunidade de discutir os caminhos que podem levar o país a outro patamar de desenvolvimento. Isso porque estão em debate quase todos os entraves que impedem o Brasil de desenvolver o seu imenso potencial.

Na matéria de capa desta edição de Empresa Brasil, por exemplo, elencamos uma agenda de reformas que foram negligenciadas nos últimos anos, a começar pela tributária, da Previdência Social e a trabalhista. E seguindo nessa linha, há de chegar igualmente a vez da reforma política, o que, junto com a reforma fis-

cal, que já está em curso, poderá resgatar o Brasil de seu inferno particular, que hoje pode ser traduzido pelos quase 12 milhões de desempregados.

Por tudo isso, temos confiança de que o nosso 3º Fórum Nacional CACB Mil, que conta com o prestigioso apoio do Sebrae Nacional, deverá repetir o sucesso dos anteriores não somente em razão da presença de público e da discussão dos temas que farão parte da programação, mas também pela ratificação da força da CACB. A cada ano, nossos eventos se solidificam como fontes de networking, ou seja, de novos relacionamentos entre empresários e dirigentes de associações comerciais que ajudam a fortalecer o associativismo e contribuem com ideias criativas na melhoria do grau de atuação e mesmo de sustentabilidade dessas entidades.

Sempre incluímos nossas expectativas sobre os resultados a serem alcançados quando se planeja alguma coisa. Muitas vezes, nos preocupamos além da conta e outras, não conseguimos controlar o nosso otimismo. São tantos os fatores que precisam estar alinhados para que tudo aquilo que se planejou seja realmente exitoso que a descarga de adrenalina é quase inevitável. No caso de nosso evento e do futuro do Brasil, o sucesso está em nossas mãos.



George Teixeira Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil



Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação

Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br

Projeto gráfico: Vinícius Kraskin

Diagramação: Kraskin Comunicação

Foto da capa: fotolia.com

Revisão: Press Revisão

Colaboradores: Cyntia Menezes, Rosângela Garcia,
e Tagli Padilha.

Execução: Editora Matita Perê Ltda.

Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br

3 PALAVRA DO PRESIDENTE

Em raros momentos da História, tivemos a oportunidade de discutir os caminhos que podem levar o país a outro patamar de desenvolvimento. Isso porque estão em debate quase todos os entraves que impedem o Brasil de desenvolver o seu imenso potencial.

5 PELO BRASIL

Congresso Empresarial Paranaense irá discutir tendências em gestão dos negócios e futuro do varejo.

8 CAPA

Retomada do crescimento econômico depende da reforma fiscal.

12 PAÍS

Dependência de recursos da União e dos estados enfraquece propostas dos candidatos a prefeito.

14 CONSUMIDOR

Ouidorias se reciclam e ganham novas atribuições.

16 TECNOLOGIA

Cada vez mais utilizada, a assinatura online revela a disposição do brasileiro para realizar tarefas sem a necessidade de deslocamento, com maior segurança e custo reduzido.

18 MPE

O fechamento de empresas sempre representa uma dor de cabeça para os empreendedores que fecham as suas portas.

20 ECONOMIA

Economista Aod Cunha adverte para os riscos de eventual adiamento das mudanças do atual sistema previdenciário.

22 MERCADO

Recessão econômica faz consumidores diminuir as compras e apelar para os consertos.

24 ENTREVISTA

O jovem empresário Ronaldo Tenório, criador do Hand Talk, aplicativo de tradução de textos virtuais para surdos usado pelo portal da CACB, foi eleito pelo MIT Technology Review um dos 35 inovadores em todo mundo com menos de 35 anos.

26 ENTIDADES

Um grupo de oito jovens empresários do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (Cejesc) participa de uma missão na China, desde o dia 1º de setembro.

28 EVENTO

3º Fórum Nacional CACB Mil deverá reunir lideranças empresariais no Rio de Janeiro.

29 EMPREENDER

Programa lança nova logomarca.

30 LIVRO

Saiba qual é o livro de negócios preferido de Bill Gates.

31 ARTIGO

Frank Meylan escreve sobre a sociedade dos dados.

CACB representa Unecs no Prêmio Anamaco 2016

O presidente da CACB, George Pinheiro, compareceu ao Prêmio Anamaco, em São Paulo (capital), em 20 de setembro. Na ocasião, ele representou a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), que foi uma das homenageadas.

Em 2016, o Prêmio Anamaco comemorou 25 anos de sucesso. O evento homenageou os melhores fabricantes de material de construção do último ano com base nos resultados da Pesquisa Anamaco Ibope Inteligência, um termômetro do setor.

No último ano, a Anamaco premiou as melhores indústrias do setor em 70 segmentos, em evento que atraiu mais de 1.800 pessoas.



Cerimônia de premiação ocorreu em São Paulo

BRDE prevê maior investimento em energia limpa em 2016

O setor de energia foi o que mais buscou crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no primeiro semestre deste ano. O primeiro contrato assinado foi de R\$150 milhões e outros R\$ 300 milhões estão em análise para serem liberados neste segundo semestre. No “Tá na Mesa” da Federasul, de 21 de setembro, o presidente da instituição de fomento, Odacir Klein, revelou que os financiamentos foram destinados para construção de parques eólicos e para pequenas centrais hidrelétricas.

Ainda para este ano, o banco dispõe de R\$ 3,3 bilhões para serem



Ricardo Russowsky, Simone Leite e Odacir Klein, durante o “Tá na Mesa”, da Federasul

investidos no fomento e estimular a economia na região sul do Brasil, sendo deste valor R\$1,1 bilhão destinado a cada estado. Até o momento, um pouco mais de R\$1,8 bilhão foi

contratado no primeiro semestre. “O valor é expressivo e significativo para alavancar a economia”, disse o presidente ao completar que “o caminho é pedregoso, mas o veículo é bom”.

Presidente da CE-CPLP participa do 3º Fórum Nacional CACB Mil

O presidente da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), Salimo Abdula, deverá participar do 3º Fórum Nacional CACB Mil, no Rio de Janeiro. A entidade tem como missão criar uma rota de investimentos entre os países-membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), estimulando a cooperação e parceria entre instituições afins.

Para Abdula, a filiação da CACB à CE-CPLP vem fortalecer a pujança e capacidade da instituição de intervir com maior dinamismo na economia, no âmbito da CPLP, na promoção de emprego e desenvolvimento social. “Temos plena convicção da força do nosso novo associado. Estamos esperançosos de que com a liderança do Brasil, e com um associado de luxo como a CACB, continuaremos a dar maior



Foto: CEOlusófono

Salimo Abdula

expressão à classe empresarial da CPLP e mais facilmente poderemos atingir os nossos objetivos de livre circulação de pessoas, bens e capitais dentro do espaço da CPLP.”

“É um privilégio para nós, da CE-CPLP, poder contar com essa força e dinâmica da CACB”, afirma Abdula. “Estou certo de que essa parceria tem tudo para dar certo, porque acreditamos que juntos somos mais fortes e juntos podemos ir mais longe.”

Bahia: Empreender capacita setor de beleza

A Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana (ACEFS), na Bahia, em parceria com a CACB e o Sebrae, realizou o 2º Encontro Regional de Beleza e Estética, em 19 de setembro. O objetivo do evento foi promover a capacitação do segmento na cidade, apresentando aos profissionais as atuais tendências e oportunidades.

O encontro contou com a participação do cabeleireiro Francisco De La Lastra, profissional com mais de 10 anos de experiência nacional e internacional no ramo de beleza.

Congresso Empresarial Paranaense vai discutir tendências

O Congresso Empresarial Paranaense, voltado a empresários do estado, irá discutir as tendências em gestão; o futuro das lojas físicas diante do avanço da tecnologia e o crescimento do e-commerce; o ambiente político e econômico do país e como as lideranças devem atuar diante desse cenário.

O evento será nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro deste ano, no Cataratas Thermas Resort, em Foz do Iguaçu (PR), com palestras de nomes como Leandro Karnal. Haverá também uma feira com estandes, em que os empresários poderão conhecer as novidades em produtos e serviços para a área de gestão, e momentos reservados para fechamento de novos negócios. A expectativa de público é de 1.500 participantes.

Logo após o Congresso, em 02 de dezembro, será realizada a 26ª Convenção Anual da Faciap. O dia será reservado para painéis e palestras sobre temas importantes para as associações comerciais e líderes de entidades. Informações no site www.faciap.org.br/convencao/.

Mato Grosso recebe comitiva da China e firma parceria de comércio e investimentos

Em setembro, o presidente da Associação Comercial de Cuiabá (ACC) e da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso (Facmat), Jonas Alves, participou do 1º Mato Grosso World Show, encontro que tem por objetivo prospectar e atrair novos negócios para o estado com parceiros comerciais do exterior. Esta primeira edição do evento contou com a presença de representantes do governo chinês e do trade comercial do país asiático. Os anfitriões do encontro foram o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ricardo Tomczyk, e o presidente da MT Fomento, Mário Milton Mendes.

A comitiva fez visitas técnicas a algumas empresas na capital. Para Jonas, a parceria é extremamente benéfica, tanto para Mato Grosso, quanto para o Brasil, pois dará um



Encontro buscou prospectar e atrair novos negócios para o estado

impulso na retomada do crescimento da economia brasileira.

A China é um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Até julho deste ano, o país registrou US\$ 3,535 bilhões em importação

de produtos brasileiros. A soja é o mais importante produto na pauta de exportações brasileiras para a China, principalmente a produção de Mato Grosso, que mantém forte comércio com o país asiático.

Faciap completa 57 anos

A Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap) completou, em 18 de setembro, 57 anos de fundação como a mais importante entidade associativa na defesa dos interesses do setor produtivo paranaense. Nasceu como a União das Associações Comerciais do Paraná, formada por apenas 28 entidades. Hoje, são 295 associações comerciais e um universo de mais de 50 mil empresas

em todo o estado, com atuação em 75% dos municípios paranaenses.

A entidade criou a Rede de Benefícios, em 2010, uma linha de 19 produtos pensados para facilitar o dia a dia das associações comerciais e dos empresários. Um desses produtos é a Certificação Digital. A tecnologia evita fraudes em transações eletrônicas nas empresas e está presente, hoje, em 120 entidades do estado. Além disso,

destacam-se na Rede de Benefícios o plano de telefonia empresarial e o COB Online (de renegociação de dívidas). “A Rede de Benefícios deu à Faciap estrutura e sustentabilidade para representar os interesses dos empresários”, afirma o presidente Guido Bresolin Junior. “Com a Rede, a Faciap também se tornou mais presente nas associações e coordenadorias, o que fortaleceu o sistema como um todo.”



*Governo
Temer vai
depender de
apoio político
no Congresso
Nacional para
viabilizar as
reformas*

Retomada do crescimento econômico depende da **reforma fiscal**

Medidas propostas pelo governo Temer na PEC que cria um ajuste nos gastos públicos deverão recolocar o Brasil na rota do desenvolvimento

A execução da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um teto para o crescimento do gasto público é o primeiro desafio do governo do presidente Michel Temer neste ano. A medida tem por objetivo melhorar o perfil das contas públicas, que passam por forte deterioração. No ano passado, o déficit superou a marca dos R\$ 110 bilhões e, para este ano, o governo já pediu autorização para um rombo em suas

contas de até R\$ 170,5 bilhões – o que, se confirmado, será o pior resultado da série histórica, que tem início em 1997. Para 2017, os analistas apostam em novo rombo fiscal – próximo de R\$ 100 bilhões.

O prazo de vigência da medida será por um período de 20 anos e, segundo o governo, durante os primeiros nove anos o limite não poderá ser modificado, mas a partir do décimo ano poderão ser feitas alterações nesses limites.

A REGRA

Pela regra, o presidente do país, no nono ano da medida, poderá enviar projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a criação de uma nova regra para ajuste do teto das despesas – que valerá nos anos subsequentes. A proposta é que a despesa não possa ter crescimento acima da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a partir de 2017 – envolvendo a União, o Legislativo, o Tribunal de Contas da União, o Judiciário, o Ministério Público, e a Defensoria Pública da União.

Gastos com Saúde e Educação passarão a ser submetidos ao teto somente a partir de 2018.

Os gastos com Previdência Social e com a folha de pagamentos da União – despesas que representam 75% dos gastos públicos – estão dentro da regra que prevê teto para gastos públicos. Ficaram de fora do alcance da proposta as transferências constitucionais a estados e municípios, além do Distrito Federal, os créditos extraordinários, as complementações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as despesas da Justiça Eleitoral com eleições, e as despesas de capitalização de estatais não dependentes.

CORRIDA DE OBSTÁCULOS

Como uma corrida de obstáculos, o governo deverá ultrapassar as próximas etapas para que o país possa chegar em 2018 com a economia em recuperação. Hoje, ninguém discorda que o Brasil foi complacente com a agenda de reformas. O governo de-

morou muito para iniciar as concessões. E, ao contrário de outros países em desenvolvimento que têm espaço para aumentar a carga tributária e a dívida, o Brasil já está em um patamar muito acima do limite tolerável.

As dificuldades se agravaram com a demasiada interferência do Estado na economia, o que afugentou os investidores. Resultado: os mercados passaram a não confiar no governo brasileiro. Para se recuperar, a opinião unânime entre os agentes do mercado é de que o Brasil precisa de reformas, entre elas a da Previdência, a tributária, a trabalhista e a política. E recuperar o tempo perdido com as concessões que não saíram do papel.

Conforme o economista Claudio Frishtak, da InterB Consultoria, o investimento em infraestrutura, no período 1971-80, representava em média 5,42% do PIB, caindo para apenas 2,28% do PIB nos anos 2011-2014. Países asiáticos como China, Tailândia e Vietnã estão entre os que investem mais, com taxas entre 9,9% e 15,6% do PIB, um nível que permitiria ao Brasil impulsionar o crescimento econômico, e se aproximar em 15 a 20 anos das economias emergentes que mais avançam.

Em comparação ao PIB, os investimentos totais do Brasil, no primeiro trimestre do ano, atingiram 17% do PIB. Com um incremento de oito pontos percentuais, dos quais três pontos dirigidos à infraestrutura e os cinco restantes na economia, o Brasil poderia chegar a um incremento do PIB de 4% ao ano, o que é condicionado à reforma fiscal nos moldes propostos pelo governo Temer, atesta o economista.



*Economista Claudio Frishtak:
“Governos anteriores
negligenciaram os investimentos
em infraestrutura”*

Para se recuperar, a opinião unânime entre os agentes do mercado é de que o Brasil precisa de reformas, entre elas a da Previdência, a tributária, a trabalhista e a política. E recuperar o tempo perdido com as concessões que não saíram do papel

BNDES será o condutor do processo de concessões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá atuar na estruturação de projetos voltados para a parceria privada e conduzir o processo desde a fase de estudos e modelagem, até a assinatura do contrato de concessão, com prioridade inicial para o setor de saneamento, onde atuará em parceria com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal.

Nesta entrevista a Empresa Brasil, a área institucional do banco informa que deverá apoiar os estados e municípios nas concessões e privatizações, identificando oportunidades. A área de desestatização, vinculada diretamente à presidência da instituição, tem equipe técnica especializada dedicada à modelagem de concessões, PPPs e privatizações.

O governo federal estima arrecadar R\$ 24 bilhões com concessões e permissões em 2017. Se confirmado, o valor será recorde para um ano. Até então, a maior arrecadação com as concessões havia sido registrada em 2013 (R\$ 22,07 bilhões), segundo a Secretaria do Tesouro Nacional.

O primeiro pacote de concessões inclui 34 projetos entre aeroportos (Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza), rodovias (BR-364/365, entre Goiás e Minas Gerais, e BR-101/116/290/386, no Rio Grande do Sul), terminais portuários (Rio de Janeiro e Pará) e ferrovias, além de ativos no setor elétrico, óleo e gás, mineral e de saneamento. Somente com as concessões das três usinas hidre-



*Maria Silvia
Bastos Marques,
presidente
do BNDES*

létricas previstas no pacote (São Simão, Miranda e Volta Grande), o governo busca arrecadar R\$ 11 bilhões. Com a concessão dos quatro aeroportos, o governo informou que pretende arrecadar mais R\$ 3 bilhões, sem contar o ágio (valor pago pelo vencedor do leilão acima do mínimo exigido pelo governo).

O objetivo do pacote de concessões do governo federal é estimular o crescimento da economia brasileira, que passa, atualmente, pela maior recessão

de sua história. No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) teve retração de 3,8% – a maior em 25 anos – e em 2016 deve ser superior a 3%. A seguir, leia a entrevista completa preparada pela área institucional do banco.

Qual será o papel do banco no novo processo de privatizações e concessões?

O BNDES será o condutor do processo de concessões e outras formas

de desestatização de ativos, dentro do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), dentro de uma matriz de responsabilidades que abrange os ministérios setoriais: Casa Civil, Fazenda, Transportes, Portos e Aviação Civil, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Meio Ambiente. O BNDES atuará na estruturação de projetos que visem atrair a parceria privada, conduzindo o processo desde a fase de estudos e modelagem, até a assinatura do contrato de concessão. Nessa nova fase, o que se busca é um ambiente regulatório claro e estável, projetos com retorno adequado à realidade e dentro das especificidades de cada setor.

Como serão as condições de crédito?

O BNDES está concluindo a revisão das condições gerais de financiamento. Já foram definidas as rodovias e aeroportos. A participação do BNDES nos projetos do setor rodoviário será diferenciada de acordo com o estágio de concessão, considerando as características de cada ciclo de investimentos e, nas concessões dos aeroportos, será limitada ao primeiro ciclo.

O banco atuará nas privatizações e concessões dos estados e municípios?

O banco apoiará estados e municípios na modelagem das concessões e privatizações, identificando oportunidades e conduzindo o processo desde a fase de estudos e modelagem, até a assinatura do contrato de concessão, com prioridade inicial para o setor de saneamento, onde atuará em parceria com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal. A área de Desesta-

tização, vinculada diretamente à presidência do banco, tem equipe técnica especializada dedicada à modelagem de concessões, PPPs e privatizações. Em operação desde 2008, essa área já apoiou o desenvolvimento de estudos de viabilidade e licitação de 27 projetos de concessões e PPPs nos mais diferentes setores, como rodovias, aeroportos, saneamento, educação, saúde, entre outros. O BNDES pode apoiar privatizações e concessões em todos os principais segmentos de infraestrutura econômica e social, por exemplo, saneamento, iluminação pública, educação e saúde. Rio de Janeiro, Pará e Rondônia foram os primeiros estados a manifestar interesse em ter apoio na modelagem de concessão do serviço de suas empresas de saneamento.

A quase totalidade dos estados e municípios não dispõe de fundo garantidor para viabilizar as PPPs, hoje de grande necessidade, sobretudo na área do saneamento. O banco pode assumir o papel de garantidor nesses casos ou contribuir de alguma forma para viabilizar as PPPs?

Dada a atual situação fiscal dos estados, a prioridade para os projetos de saneamento é conseguir viabilizar investimentos privados sem a necessidade de contraprestação pública no formato de PPPs. De fato, a proposta é que sejam feitas concessões de saneamento e que as tarifas cobradas, em conjunto com a eficiência trazida pela operação privada, sejam suficientes para viabilizar o investimento necessário no setor.

Para os outros setores que só possam ser viabilizados por meio de PPPs, o BNDES analisará, caso a caso, as alternativas existentes. Faz parte da estrutura-

ção do projeto pensar em mecanismos de garantia que viabilizem a participação privada e atraiam financiadores.

Oferecer garantias em vez de financiamentos aos projetos de infraestrutura pode ser um caminho?

Sim, estamos discutindo internamente como o banco poderia atuar como garantidor.

Banco define condições para os projetos incluídos na primeira reunião do PPI

Projetos no setor aeroportuário (somente 1º ciclo)

- (a) Participação: até 40%
- (b) Custo: 100% em TJLP
- (c) Taxa de Juros: 1,50% a.a. + risco de crédito
- (d) Prazo máximo: 15 anos.

Projetos no setor rodoviário: 1º ciclo e novos investimentos incluídos pelo poder concedente

- (a) Participação: até 50% (anterior de até 70%)
- (b) Custo: 100% em TJLP (anterior até 70% em TJLP e 30% mercado)
- (c) Taxa de Juros: 1,50% a.a. + risco de crédito (mantido)
- (d) Prazo máximo: 15 anos.

Projetos no 2º ciclo e concessões assinadas até 2015:

- (a) Participação: até 40%
- (b) Custo: 100% em TJLP
- (c) Taxa de Juros: 1,50% a.a. + risco de crédito
- (d) Prazo máximo: 15 anos.



Haverá segundo turno em 55 cidades

Dependência de recursos da União e dos estados enfraquece **propostas dos novos prefeitos**

Crise econômica do país reduz receitas de impostos distribuídos aos municípios e compromete proselitismo eleitoral

Dos 11 candidatos à prefeitura de Belo Horizonte, 10 defenderam a busca de recursos tanto do governo federal como do estadual para grandes obras na cidade. O proselitismo dos candidatos à prefeitura da capital de Minas Gerais praticamente se repetiu nas campanhas eleitorais de quase todos os municípios do país, mas o certo é que a realidade brasileira deverá praticamente inviabilizar os investi-

mentos dependentes do repasse de verbas oriundas de impostos federais e estaduais.

Atualmente, as transferências de ICMS e do IPVA dos estados, responsáveis, em média, por 25% das receitas municipais, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), estão em queda, o que se repete na esfera federal, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que respondem, em

média, por 13% das receitas correntes das prefeituras.

FPM

Os municípios dependem, principalmente, dos repasses da União e dos estados para poder fazer investimentos. Sem essas receitas, serviços como educação, saúde, segurança e melhorias de infraestrutura ficam comprometidos.

A crise econômica brasileira provocou queda na arrecadação de impostos, o que teve reflexo nos repasses da União, por meio do FPM – o qual é formado na sua maior parte pelas contribuições do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR).

Da arrecadação do ICMS, 25% são destinados às prefeituras. No caso do IPVA, metade da receita fica para o caixa das cidades.

No acumulado de 2016, o FPM soma nominalmente, até agosto, R\$ 57,882 bilhões frente aos R\$ 58,300 bilhões no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, o somatório dos repasses caiu 0,27%, o que caracteriza uma redução nos valores efetivamente repassados. Quando considerados os efeitos danosos da inflação, o fundo acumulado em 2016 tem queda bem mais expressiva: 9,35% menor do que o mesmo período do ano anterior, conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

E a queda deve persistir. A previsão da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é de um recuo de 4,15% em setembro e de 4,0% em outubro, sempre em relação ao mesmo

período de 2015, esses valores não consideram os efeitos da inflação.

PACTO FEDERATIVO

A dependência de verbas da União e dos estados é resultado da não implementação, na prática, de normas constitucionais que consagram o Brasil, a começar pela Constituição de 1891, como uma Federação. Acontece que a gestão municipal sofreu os reflexos das mudanças ocorridas nos princípios do pacto federativo contemplados na Constituição de 1988. O objetivo era promover um equilíbrio na distribuição das receitas da União entre os entes subnacionais, com implicações relevantes na busca da autonomia dos entes federados.

O resultado dessa relação fiscal prejudicou os municípios: falta dinheiro para pagar salário, fazer obras de infraestrutura, comprar remédios, abastecer os veículos e garantir a merenda escolar. A situação é tão grave que entrou no conjunto de prioridades do presidente Michel Temer. Em seu primeiro discurso, ele falou da necessidade de uma reformulação do pacto federativo, que hoje provoca desequilíbrio entre as três esferas públicas na repartição dos tributos. “Estados e municípios precisam ganhar autonomia verdadeira sobre a égide de uma federação real, não sendo uma federação artificial, como vemos atualmente”, afirmou.

Para Temer, uma mudança no pacto pode trazer mais receitas para as prefeituras. “A revisão federativa pode levar a um aumento de arrecadação tributária e outras tantas nos municípios”, completou.

**“Estados e municípios precisam ganhar autonomia verdadeira sobre a égide de uma federação real, não sendo uma federação artificial, como vemos atualmente.”
Presidente Michel Temer**

Ouvidorias se reciclam e ganham novas atribuições

Setor só garante a proximidade se pautado pela neutralidade, imparcialidade, confidencialidade e informalidade

Aproximar o consumidor e torná-lo especial sempre foi o papel das ouvidorias nas mais diversas empresas. O setor passou a integrar as estruturas estratégicas como forma de levar aos diretores os elogios, as críticas e as sugestões. Mas, com o passar do tempo, a atuação do eficiente canal de comunicação foi aperfeiçoada e aquele profissional que apenas ouvia, registrava opiniões e buscava respostas internas para garantir o sucesso na interação recebeu novas atribuições. As responsabilidades das ouvidorias ganharam destaque, e o ouvidor passou a ter capacitação específica e vestiu o chapéu de mediador de conflitos.

O papel central da ouvidoria na tomada de decisão é recomendar à organização mudança nos processos, produtos e serviços. A relações-públicas e ombudsman Rosélia Araújo Vianna descreve que, entre os principais requisitos de atuação, estão o alto nível hierárquico, posicionar-se com firmeza na defesa das melhores práticas para o consumidor e para a própria organização e ter o respaldo da alta administração.

Rosélia ainda lembra que a International Ombudsman Association recomenda que os padrões de



Rosélia: “Ouvidor é o representante do consumidor na instituição”

atendimento tenham quatro pilares bem definidos: neutralidade, imparcialidade, confidencialidade e informalidade. “Ouvidor é o representante do consumidor na instituição em que atua, promovendo a solução das causas dos problemas e a retomada da confiança no relacionamento”, explicou ela.

Em cada organização, o setor ganha características diferentes. Mas o modelo básico deve estar focado nos processos de resolução de problemas e na melhoria contínua dos sistemas. Rosélia ainda observa que o sucesso só é alcançado em ambientes com alto nível democrático.

“Saber escutar é mais importante do que saber falar”, orientou ela ao destacar que os ganhos aparecem tanto em âmbito governamental quanto mercadológico. “Passamos do foco no cliente para a atenção ao foco do cliente”, disse.

EXPERIÊNCIA

Uma das primeiras empresas a adotar o formato no Brasil foi o Grupo Icatu Seguros, que entendeu que a grande vantagem estratégica de uma ouvidoria bem estruturada é a oportunidade única de ouvir o cliente. Segundo a mediadora e ombudsman do Grupo, Gabriela Assmar, o diálogo é a essência do trabalho. “O ouvidor deve ter a sensibilidade de falar de uma forma que o cliente possa entender que a decisão é

a melhor possível e explicar o porquê”, argumentou.

No Grupo Icatu o resultado se reflete nos números: a empresa manteve o volume de ações no último semestre, mas aumentou em 47% o acesso direto à ouvidoria, e apenas 0,7% dos casos tratados não obteve êxito com as respostas e ingressou no Judiciário. “É um percentual quase imaterial de agravamento. Obviamente, por melhor que atendamos cada cliente, há aqueles que insistem, mesmo quando não têm um bom direito”, pontuou a mediadora. Para esses, o Judiciário é um destino final; no entanto, nenhum dos clientes do Grupo que iniciou ação após o tratamento em ouvidoria teve uma probabilidade alta de êxito, de acordo com a jurisprudência.

Em cada organização, o setor ganha características diferentes. Mas o modelo básico deve estar focado nos processos de resolução de problemas e na melhoria contínua dos sistemas

Um novo caminho para a conciliação

Em apresentação no Café da Mediação, organizado pela Câmara de Arbitragem da Federasul (CAF), em agosto, a advogada Gabriela Assmar revelou que as ouvidorias começam a sair da instância da decisão e passam a se comprometer com a mediação. André Jobim de Azevedo, presidente da CAF, reiterou que o uso das ouvidorias pode se constituir em um dos caminhos a serem seguidos no sentido de reduzir tempo e custos na solução de conflitos. A advogada mediadora palestrou sobre o tema: “Seguradoras usam ouvidorias como mediadoras de conflitos”.



Gabriela Assmar, André Jobim de Azevedo, da Federasul e Ricardo Dornelles, da OAB



O uso da ferramenta confere autenticidade e integridade nas informações trocadas pela web, além de garantir privacidade

Certificação digital ganha cada vez mais espaço no mundo empresarial

Serviço já é obrigatório para empresas com mais de cinco funcionários e deve alcançar em breve aquelas com mais de três

O corre-corre diário e as inúmeras demandas são alguns dos bons motivos que fazem o certificado digital crescer no meio empresarial. Apesar de não ser mais novidade, a tecnologia que funciona como se fosse uma assinatura digital com validade jurídica garante proteção às transações eletrônicas. Desta forma, e graças aos avanços da criptografia nos últimos 30 anos, o serviço aumenta a agilidade em

boa parte dos procedimentos que demandariam tempo e dinheiro.

Desde o início de julho deste ano, a certificação digital se tornou obrigatória para empresas com mais de cinco funcionários. Com a determinação, o governo federal busca garantir maior agilidade aos serviços antes tão burocráticos e deve proporcionar benefícios práticos a médio e longo prazo, como economia de papel, de tintas para impressoras e de outras necessidades dos procedimentos analógicos.

De acordo com o executivo nacional da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), Luiz Antônio Bortolin, essa é uma forma eficiente de cumprir as obrigações com o governo no meio eletrônico, sem ter que acumular pilhas de papel ou ter que se deslocar para resolver pendências. “O certificado digital é uma solução extremamente importante para outros processos que não têm relação com as obrigatoriedades, mas que ainda, infelizmente, são pouco conhecidos”, explica.

Além disso, em 2017, o governo federal deve ampliar a regra também para as microempresas com mais de três empregados.

CACB É CERTIFICADORA

Apesar de ainda não operar como Autoridade Certificadora, a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) atua desde 2007 em parceria com a Certisign, que desenvolveu a certificação digital no Brasil em 1996. A CACB viabiliza a emissão de certificados em algumas associações e federações comerciais. “Ao todo, a Confederação oferece cerca de 500 pontos de atendimento”, comenta o executivo nacional da CACB, Luiz Antônio Bortolin. E alerta que se um empresário precisa de um certificado digital, deve acessar o site www.queromeucertificadodigital.com.br e fazer a solicitação.

“A certificação funciona como se fosse uma carteira de identidade eletrônica, com autenticidade, confidencialidade e integridade às informações no ambiente virtual”

Para que serve o Certificado Digital?

- Assinatura e envio de documentos pela internet.
- Realização de transações bancárias.
- Envio de declarações da sua empresa.
- Assinatura de notas fiscais, conhecimentos de transporte eletrônico (CTs-e) e manifestações do destinatário.
- Realização de transações bancárias.
- “Login” em ambientes virtuais com segurança.



Bortolin: “Uma forma eficiente de cumprir as obrigações com o governo no meio eletrônico, sem ter que acumular pilhas de papel”



Encerramento de empresas **pode levar até seis meses**

Processo é desgastante,
extremamente
burocrático e exige
muita paciência

Além dos altos custos financeiros, fechar uma empresa também traz perdas emocionais de igual proporção. Como se não fosse suficiente para enfrentar o processo de encerramento de um empreendimento, é preciso muita paciência. Segundo os gestores de escritórios de contabilidade, a reclamação que mais aparece entre os ex-empresários

é a demora para a baixa ser liberada nos sistemas, situação que torna o período mais desgastante e extremamente burocrático. Atualmente, o tempo para o encerramento de uma empresa no Brasil pode variar de 30 dias em alguns estados até seis meses em outros.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014 bateu recorde no número de

encerramentos de estabelecimentos. A taxa de saída do mercado cresceu 6,1 pontos percentuais, passando de 14,6% para 20,7%, em relação a 2013. Com isso, 944 mil empresas deixaram de funcionar. Independentemente de ser Limitada (LTDA) ou Individual, o caminho é o mesmo. O ritual de encerramento inclui passar pela Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria da Fazenda para fazer as baixas das inscrições municipal ou estadual e, ainda, o encerramento do alvará de funcionamento, além de diversas declarações junto ao governo federal.

O contador Alexandre Freitas revela que os custos de todos os procedimentos, incluindo o valor do profissional para cuidar do fechamento, podem variar entre R\$ 500 e R\$ 1,5 mil em caso de empresas comerciais e, para indústrias, o investimento pode chegar a R\$ 3 mil. “Os empresários que apresentam dificuldades em quitar os valores podem fazer parcelamentos em até 60 vezes”, comentou o contador.

UNIFICAÇÃO

Um bom caminho a ser seguido é o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL), criado pelo Governo de São Paulo. O sistema depois foi copiado pelo governo federal com a criação da ferramenta da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). O presidente do Sebrae, Afif Domingos, acredita que o exemplo deve ser seguido pelos demais estados.

De acordo com Domingos, com o sistema o empresário precisa apenas ir à Junta Comercial para dar baixa



Afif: “Exemplo de São Paulo deve ser seguido por outros estados”

no pedido. Na sua avaliação, um dos principais benefícios apresentados no novo processo é em relação às pendências no CNPJ. “Caso a empresa ainda tenha algum débito não resolvido, este será transferido para o CPF do responsável, de forma que não atrapalhe o andamento da solicitação”, explicou ele.

Para que a Redesimples funcione, o Sebrae criou o Serviço de Registro e Licenciamento de Empresa (RLE). Por meio dele, o empresário pode fazer diretamente todo o processo de abertura, licenciamento e, se necessário, de baixa da empresa na Junta Comercial, Receita Federal e em órgãos de licenciamento, em um único processo. “É muito simples e rápido. Com certificado digital, tudo pode ser feito pela internet, sem necessidade de comparecimento em qualquer órgão público”, comentou o presidente do Sebrae.



Sem a reforma da Previdência, não haverá ajuste fiscal

Durante o 12º Congresso da Federasul, realizado em 10 de setembro, em Canela (RS), economista advertiu para os riscos de eventual adiamento das mudanças do atual sistema previdenciário

"Se não houver a reforma da Previdência Social, o Brasil empobrecerá e a inflação deverá voltar com toda a força", advertiu o economista gaúcho Aod Cunha, durante o 12º Congresso da Federasul, realizado em 10 de setembro, em Canela (RS).

Ex-secretário da Fazenda (RS) e atualmente diretor executivo do Banco JP Morgan no Brasil, Cunha defende um plano de comunicação para a Presidência da República capaz de explicar à opinião pública as razões da reforma e

suas implicações sobre a dívida pública. "Uma maior mobilização social ajudaria para que a população aceitasse as perdas concentradas no curto prazo e ganhos ao longo prazo", sustentou.

Ele lembrou que as projeções do governo indicam que as despesas com o pagamento dos benefícios passem de R\$ 504 bilhões, neste ano, para R\$ 561 bilhões em 2017. Na proporção com o Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa é de que o rombo some 2,7% no próximo ano, contra 2,3% em 2016.

Para Cunha, além do aumento da idade mínima – que, se alterada há 15 anos, já teria sido suficiente para sanar o déficit anunciado –, agora são necessários o aumento da contribuição, a equivalência para homens e mulheres, e o fim dos regimes especiais.

Sobre os desafios do Brasil, o economista afirmou que a reforma da Previdência deve ter prioridade, pois sem ela não poderá haver ajuste fiscal. "Há uma nova ordem demográfica que vai impactar na conta da Previdência de tal forma que o país

não conseguirá mais escapar simplesmente fazendo pequenos ajustes.”

Lembrou que o Brasil gerou o seu boom demográfico nas décadas de 1960 e 1970, com uma taxa de natalidade maior do que a de outros países, desacelerando, de uma maneira rápida, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que resultou em uma estrutura demográfica diferente da global. “O que realmente mudou é a urgência e a necessidade, agora muito maior, de se fazer a reforma. E isso exige da sociedade uma maturidade muito maior do que ela vem apresentando até agora”, afirmou. “A sociedade terá que discutir o tipo e o tamanho de Estado que deseja, assim como suas formas de financiamento. Seja o Estado que for, maior, menor, mais atuante ou menos atuante, o importante é que

ele precisa caber nele mesmo.”

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano somam-se à população brasileira nada menos do que 700 mil pessoas acima dos 65 anos. E as projeções para o futuro indicam que, em 2050, essas pessoas seriam aproximadamente 50 milhões, perfazendo nada menos do que 25% do total da população. Desses, nada menos do que 6,7% terão ultrapassado a faixa dos 80 anos. Em contraposição, no lugar das atuais quase 50 milhões de crianças, em 2050 o Brasil teria 28 milhões.

“O impacto desta nova ordem demográfica é imenso – sobretudo, quando se observa que os fatores associados ao subdesenvolvimento continuarão se manifestando por um tempo difícil de ser definido”, concluiu Cunha.

As projeções indicam que, em 2050, as pessoas acima de 65 anos seriam aproximadamente 50 milhões, perfazendo 25% do total da população. Desses, nada menos do que 6,7% terão ultrapassado a faixa dos 80 anos

Brasil será uma das seis maiores populações de idosos no mundo em 2025

“Em 1950, o Brasil tinha 2 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 1965, esse número saltou para 6,2 milhões. Na virada do século chegou a 13,9 milhões e, em 2025, chegará a 31,8 milhões”, projetou Luiz Roberto Ramos, professor da Escola Paulista de Medicina (UPM) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

“Teremos uma das seis maiores populações de idosos no mundo em 2025”, estimou Ramos, que coordenou um projeto de pesquisa sobre a efetividade de ações de promoção da saúde em idosos com apoio da FAPESP.

De acordo com o pesquisador, a velocidade do processo de envelhecimento da população brasileira tem sido mais rápida do que a verificada na Europa, por exemplo. Até 1800, o continente europeu registrava uma alta mortalidade e elevada fecundidade – uma combinação de fatores que possibilita manter a população jovem. Essa situação só começou a mudar entre 1800 e 1900, durante a Revolução Industrial, quando a mortalidade começou a cair na região, causando um aumento da expectativa de vida, até chegar ao nível atual. “Foram ne-

cessários 100 anos para cair a taxa de mortalidade na Europa”, disse Ramos.

Já a taxa de fecundidade no “velho mundo” só se reduziu entre 1900 e 1950 e deve se manter estável nas próximas décadas, provocando um aumento na proporção de idosos.

Em contrapartida, no Brasil, a taxa de mortalidade começou a cair entre 1950 e 1980 e a de fecundidade iniciou um processo de redução a partir de 1970, chegando a dois filhos por casal hoje, o que significa uma taxa de reposição e que a população do país não está crescendo, afirmou Ramos.

Reformas e pequenos reparos para economizar

Recessão econômica faz consumidores diminuírem as compras e apelar para os consertos

Em tempos de desemprego, onde as taxas alcançaram 11,3% no trimestre, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ser criativo para fazer o orçamento esticar até o final do mês virou solução para muitos brasileiros. Se o dinheiro está curto e as necessidades básicas como comer e vestir continuam, o jeito é reaproveitar o que já tem em casa. E é bem assim que muitas pessoas estão garantindo suas economias e empreendedores estão aproveitando as novas oportunidades.

A jornalista gaúcha Maritza Coitinho garante que consegue economizar um bom dinheiro com a reforma das roupas que deixa com a vizinha costureira. Desempregada desde que deixou o estado para acompanhar o marido no Pará, há dois anos, Maritza cuida da casa, da filha pequena e das economias domésticas. “Não dá para ficar apenas nas lojas. Está tudo muito caro e, se está em bom estado, o jeito é mandar para o conserto”, ensina.

E a vizinha costureira agradece. Na profissão há pelo menos 20 anos, Zaira dos Santos conta que o número de clientes cresceu nos últimos dois anos. “Grande parte



Aumento na demanda por reformas se acentuou com a crise da economia

para fazer pequenos reparos”, comenta. E completa: “No caderninho de apontamentos dá para ver a diferença. Em 2013, eu fazia de 15 a 20 consertos de roupas por mês. Agora, chego a receber 62 peças no mesmo período”, comemora.

Ao mesmo tempo que a população desocupada cresceu (4,5% em relação ao primeiro trimestre), também aumentou o número de pessoas que, como Zaira, está trabalhando por conta própria. De abril a junho deste ano, o número de novos empreendedores chegou a 22,9 milhões.

MÓVEIS E CALÇADOS TAMBÉM VÃO PARA O CONERTO

A Recupera Sofá, do Espírito Santo, é um exemplo que a atual situação econômica teve reflexos na troca de móveis. “Meu trabalho agora não para. Recebo muitos clientes que comentam que antes da crise trocavam de sala a cada um ou dois anos”, diz o proprietário Douglas

Spina. Conforme Spina, os reparos aumentaram em 2015 e neste ano, cerca de 40% em relação a 2014.

De acordo com dados da Fecomércio de São Paulo, a inflação elevada, juros altos, dificuldade para conseguir crédito, desemprego e pessimismo têm levado as famílias brasileiras a ajustar seu padrão de consumo a um orçamento mais apertado.

Se as costureiras e os consertos de móveis contabilizam mais clientes, o velho sapateiro também não tem do que reclamar. No interior do Rio Grande do Sul, em Pedro Osório, o sapateiro Martin Fernandes reconhece que a profissão voltou a ser lembrada. “Clientes antigos que tinham desaparecido agora vêm toda hora e reformam sapatos e bolsas até acabar”, conta.

É o caso da administradora Vânia Mara, que manda sapatos para o conserto para evitar as lojas. “Prefiro melhorar o que tenho em casa e economizar”, diz.

Até mesmo as classes A e B estão mais dispostas a reformar roupas e consertar sapatos



Sapateiros não têm do que reclamar

MIT Technology Review seleciona brasileiro entre os 35 inovadores com menos de 35 anos

Ronaldo Tenório é o primeiro brasileiro a entrar na lista dos jovens mais inovadores do mundo. Ele criou uma plataforma de tradução para Libras, a Hand Talk

Ronaldo Tenório tem apenas 30 anos, mas já possui uma bagagem de prêmios conquistados pela sua startup, a Hand Talk. O jovem empresário criou uma plataforma que traduz texto, som e imagem para Libras, a língua dos sinais usada pelos surdos. Por causa disso, Tenório foi incluído na lista dos 35 inovadores abaixo dos 35 anos pela MIT Technology Review, uma revista publicada pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, considerado a autoridade sobre o futuro da tecnologia. Em 2013, o projeto também foi eleito pela ONU como o melhor aplicativo social do mundo.

Segundo Tenório, cerca de 70% dos surdos têm dificuldade em compreender o português, pois desenvolvem uma comunicação extremamente visual. Por isso, a maioria depende da Libras para obter informações e se comunicar. “A maioria dos sites estavam off-line para os surdos até então, mas hoje eles têm essa ferramenta para tornar a internet mais acessível.” A ideia surgiu em 2008, quando Ronaldo ainda estava na Faculdade de Comunicação Social e precisava desenvolver um projeto criativo. “Eu já era apaixonado por comunicação



Prêmios mais importantes:

- 2012** Projeto mais inovador do Brasil no Salão da Inovação do Rio Info.
- 2013** Eleito pela ONU o Melhor Aplicativo Social do Mundo.
- 2014** Startup mais inovadora da América Latina pelo Qprize, da Qualcomm Ventures.
- 2014** Eleito pela W3C um dos três melhores projetos para acessibilidade na Web.
- 2014** Eleita pelo BID uma das 16 Startups mais inovadoras da América Latina.
- 2015** Melhor Solução de 2015 para broadcast e novas mídias da América Latina, no Desafio SETup – ExpoSET.

e tecnologia e decidi unir as duas coisas para ajudar as pessoas. Eu sempre quis fazer algo para ajudar o próximo e encontrei nos surdos um problema de comunicação”, explica o empresário.

Para aproximar os surdos da inclusão social e digital, a plataforma usa a tecnologia 3D, estudos de linguagem corporal e tem sua interlocução feita por Hugo, um personagem de olhos grandes e mãos comunicativas.

CONFIRA ENTREVISTA COM O EMPRESÁRIO:

Por que o Hand Talk é uma ferramenta inovadora? O que ele tem de diferente de outros aplicativos voltados para surdos?

A gente acredita que o Hugo conquistou as pessoas pela simpatia do próprio personagem. As pessoas o adoram, desde as crianças até os mais velhos têm uma relação bem bacana com o personagem. Essa é uma das grandes inovações. Algo que seria, teoricamente, um robô ganhou vida na mente das pessoas. O fato de conseguirmos fazer isso de forma tão natural, simples e prática chega a ser disruptivo [designação atribuída a uma inovação tecnológica capaz de derrubar uma tecnologia já preestabelecida no mercado].

O legal é que o Hugo consegue estar no bolso de várias pessoas ao mesmo tempo, ajudando-as no seu dia a dia, seja em sala de aula, no trabalho ou com a família em casa.

Como a ferramenta funciona exatamente?

O tradutor de sites funciona da seguinte forma: a organização – o dono do site – assina a Hand Talk e coloca o botão de acessibilidade em seu portal. Os surdos podem, então, clicar em qualquer texto para ser traduzido automaticamente. Quem adquire a ferramenta é o dono do site, e o surdo é o beneficiado final.

Para o aplicativo, ele é um tradutor de bolso que funciona de forma bem simples. A pessoa pode escrever ou falar um texto, e o aplicativo faz a tradução automática para a língua de sinais. É uma espécie de Google Tradutor para Libras.

Tem ainda uma seção bacana chamada Hugo Ensina, que permite a surdos e ouvintes interessados a aprenderem a língua de sinais. São pequenas aulas para iniciantes.

Como se sente sendo um dos 35 jovens mais inovadores do mundo, segundo o MIT Technology Review?

Estou tendo a honra de ser o primeiro brasileiro a fazer parte dessa lista da MIT. Acho que serve de inspiração para que mais pessoas possam fazer coisas diferentes para impactar a vida dos outros. Ser reconhecido por isso é só o começo. É uma responsabilidade muito grande, porque não é fácil representar nosso país e a inovação brasileira no meio de tanta gente boa lá fora. Mas acho que é bacana, porque a gente mostra que aqui, no Brasil, é possível fazer tecnologia de ponta para ajudar as pessoas.

Você tem intenção de abranger o alcance do Hand Talk para outros países e línguas, iniciando pelos Estados Unidos. Como fará isso? Nos EUA não existe nada semelhante?

O Hugo já está aprendendo novas línguas, então, em breve, ele estará ajudando pessoas no mundo todo, como já está fazendo no Brasil. É um desafio gigante, porque é uma outra cultura, outro território. Ainda não existe nada comercial lá fora, atuando nos Estados Unidos, por exemplo. Então é uma grande oportunidade para a gente ser, mais uma vez, pioneiro e resolver esse problema, de fato, com a tecnologia social.



O personagem e o autor



Serviço:

- Para baixar o aplicativo gratuitamente no celular: handtalk.me/download
- Para empresas e organizações que queiram ter o aplicativo em seu portal, a Hand Talk oferece um plano gratuito para teste: handtalk.me/sites
- Canal no Youtube com aulas do Hugo Ensina: youtube.com/user/HandTalkTV
- Facebook: facebook.com/handtalkbr



Conaje se compromete a cobrar do governo brasileiro incentivos para o empreendedorismo

Documento assinado em missão na China oferece dez recomendações para governos a fim de promover uma cultura de apoio ao empreendedorismo, à inovação e ao incentivo de jovens empresários

A Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje) assinou em Pequim, na China, o comunicado do G20YEA, que serve como compromisso para cobrar mais efetividade dos governos do G20 em focar em ações voltadas para o empreendedorismo, inovação e educação empresarial. A entidade representou o Brasil no encontro da Cúpula da Aliança dos Jovens Empreendedores do G20 (G20 Young Entrepreneurs' Alliance Summit 2016) e assinou o documento, junto com os demais representantes dos países do G20. A proposta das organizações assinantes é moldar políticas econômicas globais que possam levar a uma maior igualdade de emprego e crescimento.

O comunicado oferece dez recomendações para governos a fim de promover uma cultura de apoio ao empreendedorismo, à inovação e apoiar jovens empresários. Por meio do documento, a Conaje se comprometeu a cobrar e fiscalizar o governo brasileiro na adoção de medidas que possam beneficiar o empreendedorismo jovem e contribuir para a geração de emprego e renda. Entre as medidas que integram o comunicado, estão investimentos na educação, apoio à criação de incubadoras e aceleradoras, fortalecimento de rede-anjo, redução de burocracia para a abertura de empresas, incentivos fiscais, apoio para abertura ao comércio exterior e infraestrutura digital de qualidade, entre outros.

Fernando Milagre, presidente da Conaje, explica que, além da assinatura do documento, a missão permitiu uma profícua troca de experiências e a ampliação da rede de relacionamentos. “Acompanhamos ações e atividades diferentes, e identificamos várias oportunidades em diversos países. Pudemos perceber que o empreendedor brasileiro não está nem um pouco abaixo dos demais”, observa.

Para Milagre, apesar de toda a dificuldade de empreender no Brasil, outros países também enfrentam obstáculos, mas os empresários vivem os mesmos problemas. “Por isso que a gente identifica esses pontos em comum e consegue escrever o comunicado do G20YEA. De resultado também, a gente empoderou cada vez mais nossa delegação e mostramos a força e o

peso mundial que o Brasil tem. Cada vez mais conseguimos desenvolver essas missões com sucesso e com uma comitiva de qualidade”, destaca.

Sendo a educação um dos pontos de recomendação do acordo, o presidente da Conaje afirma que foi possível identificar uma falha no perfil do empresário brasileiro. “Identificamos isso na pesquisa realizada pela Conaje, que traçou o perfil dos jovens empreendedores brasileiros. Segundo os dados apurados, 86% não se prepararam para empreender”, explica.

“Nós temos todo o espírito e força para empreender, mas o sucesso em relação a isso está totalmente vinculado, porque se a gente não tem preparo, acaba tendo dificuldade em alcançar resultados dentro da empresa, porque não sabe como fazer”, declara Fernando.

Encontro do G20YEA



A Conaje representou o Brasil no encontro do G20YEA, que aconteceu de 8 a 10 de setembro, na China. O evento teve como tema ‘Inovação Revolucionária. Empreendedorismo Inteligente’ e reuniu representantes de países como Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Turquia, Reino Unido, EUA, África do Sul e Argentina, além da União Europeia.

Recomendações

Estas são algumas das recomendações descritas no documento assinado pela Conaje:

1. Adquirir competências empresariais por meio da educação: tornando obrigatória a educação empresarial para todos os alunos nos níveis primário e secundário e incentivando a criação de incubadoras de universidades e aceleradoras em parceria com o setor privado, instituições e fundações.
2. Dirigir o desenvolvimento de redes de anjo e plataformas de financiamento alternativas para jovens empresários, por meio de incentivos específicos. A ideia é que os governos do G20 incentivem incubadoras e aceleradoras para apoiar empreendimentos em estágio inicial através de capital e orientação.
3. Implementar reformas estruturais e legais para promover o empreendedorismo através da redução de custos, burocracia, interrupção dos negócios e as lacunas legais.
4. Implementar política de assistência a jovens empresários para o comércio com outros países. A tecnologia tem permitido que empresas menores possam expandir em mercados globais. A intenção é encorajar os países do G20 a implementar medidas como a inclusão de jovens empresários em missões comerciais, formação de diplomatas e comissários comerciais e a criação de centro de coworking, entre outras medidas.
5. Estabelecer uma Plataforma Mundial do Comércio eletrônico (e-ETA) para simplificar a regulamentação e harmonização das barreiras alfandegárias e as tarifas para incentivar e-commerce global.

3º Fórum Nacional CACB Mil deverá reunir lideranças empresariais

Em sintonia com a conjuntura política e econômica do país, para este ano entidade escolheu como tema “O Brasil está em nossas mãos”

A retomada da confiança é considerada pelo governo do presidente Michel Temer como o elemento crucial para a recuperação da economia. Defensora do desenvolvimento econômico do país e da iniciativa privada, a Confederação Nacional das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) escolheu para o tema do seu 3º Fórum Nacional CACB Mil: O Brasil está em nossas mãos.

Em parceria com a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Rio de Janeiro (Facerj) e o Sebrae, o 3º Fórum Nacional CACB Mil deverá debater, durante dois dias, os principais assuntos da conjuntura nacional. De forma simultânea, serão realizados o 9º Congresso da Facerj e o Seminário de Desenvolvimento Regional dos Gestores do Sebrae. Neste ano, o evento acontecerá nos dias 17 e 18 de outubro, no Centro de Convenções Windsor Oceânico, no Rio de Janeiro/RJ.

Além do presidente da CACB, George Pinheiro, deverão participar o presidente da ACRio, Paulo Protasio; o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; o presidente da Facerj, Jésus Mendes Costa; o pre-



Atividade será realizada no Centro de Convenções Windsor Oceânico, no Rio de Janeiro

sidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, e o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, entre outros.

O 3º Fórum Nacional CACB Mil também é mais uma oportunidade de promover e aproximar os líderes empresariais e entidades de todo o Brasil e a criação de um espaço privilegiado para troca de informações atualizadas entre os representantes das diversas associações empresariais. Ao final do encontro, será divulgada a Carta do Rio de Janeiro, com as conclusões das principais lideranças presentes sobre o atual

momento político e econômico do país e seus desafios.

Organização mais antiga do Brasil, tendo origem em 1820, quando se iniciou na Bahia e que detém hoje a maior representatividade do país, a CACB representa, segundo seu presidente, George Pinheiro, a classe dos comerciantes, atualmente chamados de empresários de micro, pequenas ou grandes empresas. “Somos uma entidade política, de maior representatividade do país, que defende os interesses empresariais e da democracia do Brasil, reunindo mais de três milhões de empresas em todo o país”, afirma Pinheiro.

Programa ganha nova marca para refletir perfil mais atual

Proposta de mudança acompanha a renovação da metodologia

Uma rede de bons negócios. É assim que o Programa Empreender trabalha para fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, compartilhando e organizando experiências para aumentar a competitividade como uma forma de apoio entre parceiros e concorrentes. Com a proposta de refletir o perfil cada vez mais atual do programa da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), foi apresentada uma nova logomarca.

No formato de uma rede, criada a partir de um elemento da bandeira da CACB, o logo aponta para a importância do associativismo e registra as inúmeras possibilidades de desenvolvimento que podem surgir com a participação dos empresários no Empreender. Afinal, juntos somos mais fortes.

De acordo com o coordenador executivo da CACB, Carlos Rezendé, a proposta de mudança acompanha a renovação da metodologia: "Aproveitamos o conjunto da obra para modernizar a marca, alinhada à identidade visual da própria CACB. Além disso, neste momento estamos atualizando metodologia, manuais, instrumentos de avaliação e ações de capacitação e formação. Então, trata-se de uma renovação geral do programa".

REGRAS

As cores institucionais devem ser aplicadas, prioritariamente, sobre fundo branco, com respeito às proporções definidas no manual da marca, em formato vertical ou horizontal, o mais indicado. Também é possível usar a versão monocromática, com 60% de transparência. Não é permitido redesenhar a marca, e a complementação de dados pode ser feita com a família da fonte Rubik, reforçando a proposta visual do Programa Empreender.

A orientação da CACB é que os núcleos adotem a padronização com a nova logomarca, em substituição à marca antiga nas peças de sinalização, papelaria, apresentações, eventos etc., alinhando-se à nova identidade.

EXEMPLO

Como resultado do próprio projeto, o qual estimula o desenvolvimento de setores e atividades econômicas específicas, a marca foi desenvolvida por uma empresa de Santa Catarina que faz parte de um dos mais de 2.000 núcleos setoriais atualmente beneficiados pelo Empreender, depois de uma concorrência nacional no mercado.

Todas as informações complementares estão disponíveis no portal do Empreender (www.empreender.org.br).



EMPREENDER
UNIR PARA CRESCER

A orientação da CACB é que os núcleos adotem a nova padronização em substituição à marca antiga

O fator essencial em qualquer empreendimento

Launched in 1969 in the United States, *Aventuras Empresariais*, by author John Brooks, remained forgotten until 2014, when Bill Gates wrote an article for the *Wall Street Journal* about his favorite business book. Gates said he had asked his investor friend Warren Buffett for a recommendation. And he didn't hesitate. The book by Brooks was his favorite. It soon became one of the founder of Microsoft. Recently launched in Brazil, the work contains 12 corporate cases in which failures, much more than successes, appear in destaque.

In "The fate of Edsel" – the greatest fiasco of all time in the history of the automobile –, the author refutes popular explanations about the causes of the Ford's failure. It was not because he was excessively based on research, but because the executives of the manufacturer decided on their own the name and the design of the product.

Just like the example of Xerox is that which the whole world in the technology industry should study. Starting in the early 1970s, the company financed a huge amount of R & D that was not directly related to copiers, including the investigation that led to the Ethernet network and the first graphical user interface. It happens that the executives of the company find



that the ideas did not fit into their core business and opted not to transform them into businesses. Years later, these products would originate the Windows system.

Brooks' work serves to reinforce that the rules for managing a strong company and creating value do not change. On one hand, there is an essential human factor in any business venture. It doesn't matter if you have a perfect product, a production plan, and marketing; you still need the right people to lead and execute these plans.

In his blog, Gates affirms that the book is much more than a lesson on the strengths and weaknesses of leaders in challenging circumstances, but also about essential questions to understand business. It is just as he justifies the timelessness of the book: "It is true that many businesses change, but the fundamentals do not", attests Gates.

Livro recomendado por Gates serve para reforçar que as regras para a gestão de uma empresa forte e criação de valor não mudaram com os anos



Sociedade dos dados

Frank Meylan*

Imagine o seguinte cenário: você precisa de um empréstimo e, então, efetua o login em uma plataforma on-line, digitando informações pessoais e detalhes da solicitação. Em poucos segundos, algoritmos de diferentes intermediários financeiros fazem uma leitura completa dos dados e das transações financeiras mais recentes e, com base na análise de risco, você obtém cotações de diferentes concorrentes. A partir daí, basta escolher a melhor opção e dar o consentimento em relação aos termos e às condições para receber o dinheiro na conta em questão de minutos. Tudo automatizado, sem intervenção humana.

Diante da rápida evolução tecnológica e das inúmeras possibilidades que a análise de dados oferece, é quase certo que situações como a que acabou de ser apresentada tornem-se realidade. Em muitos setores, a habilidade de interpretar os padrões das informações será o diferencial. Mas não é apenas o setor financeiro que se beneficiará. Na Suíça, por exemplo, uma nova lei federal em relação a registros eletrônicos de pacientes será implementada no ano que vem. Os hospitais e os lares para idosos precisarão se adaptar a essa legislação, incentivando a digitalização do setor de serviços de saúde, o que irá permitir aos pacientes acessarem os próprios registros. Isso oferece oportunidades para novos produtos, serviços e modelos operacionais de serviços de saúde em setores relacionados, como o farmacêutico, além de influenciar o modo como as prestadoras

de serviços de seguro interagem com os clientes e processam os casos de sinistro.

Há de se convir que um pouco de imaginação pode resultar em inúmeras novas possibilidades. Todos os setores que se baseiam em informações passarão por grandes transformações nos próximos anos. Temos observado que concorrentes em determinados setores da economia vêm avançando fronteiras e introduzindo modelos de negócio disruptivos. Reflita sobre os setores de viagens, seguros e táxis, a indústria da música e até o setor automotivo, nos quais novas empresas oferecem propostas novas com base no uso inteligente de dados. Vinte anos atrás ninguém considerava esses setores como sendo ricos em dados. Atualmente, essas informações estão no cerne das estratégias de negócio.

O fato é que muitas áreas ainda não foram exploradas. Embora as empresas e as instituições estejam tomando as medidas iniciais rumo a uma sociedade orientada a dados, é difícil imaginar até onde esse desenvolvimento pode chegar.

No mercado atual, as leis do Darwinismo digital implicam que não são as empresas mais fortes – as líderes no mercado – que serão as vencedoras de amanhã, e sim as que são capazes de adaptar-se às mudanças da melhor forma possível e com mais rapidez. Isso terá como consequência o fato de que muitas delas, mesmo as já estabelecidas no país, ainda precisam mudar rapidamente para se tornarem bem-sucedidas e, dessa forma, salvaguardar um modelo de negócio viável para o futuro.

*Frank Meylan é sócio da KPMG no Brasil



No mercado atual, as leis do Darwinismo digital implicam que não são as empresas mais fortes – as líderes no mercado – que serão as vencedoras de amanhã, e sim as que são capazes de adaptar-se às mudanças da melhor forma possível e com mais rapidez



**CERTIFICADO DE
ORIGEM CACB**

Caminho livre para a sua exportação

Certificado de Origem é um documento a ser providenciado pelo exportador junto às entidades filiadas à CACB, que comprova a origem da mercadoria a ser exportada e permite isenção ou redução do imposto de importação.

O sistema de emissão de Certificados de Origem da CACB proporciona uma forma rápida, prática e segura para a emissão de Certificados de Origem. A CACB tem como objetivo facilitar o dia-a-dia das empresas exportadoras brasileiras, oferecendo uma plataforma na qual os Certificados de Origem são emitidos via sistema online, garantindo agilidade, segurança e redução de custos operacionais.

AGILIDADE

SEGURANÇA

www.cacb.org.br/certificadodeorigem

✉ Contato via e-mail: eco@cacb.org.br

CACB 
PROGERECS